

CONSTITUINTE

Vem aí a proposta do governo. E nada se fará contra ela.

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, confirmaram ontem que ainda neste mês o presidente José Sarney encaminhará ao Congresso proposta de emenda constitucional de convocação das eleições para a Assembléia Constituinte, a 15 de novembro de 1988. Surpreso e incrédulo, Ulysses não acreditou nas informações que lhe foram prestadas pelos jornalistas, de que o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), o havia acusado, juntamente com outros líderes do PMDB e o ministro Fernando Lyra, da Justiça, de estarem tentando desestabilizar o governo Sarney, com a rejeição de sua emenda, hoje, no Congresso.

Segundo o líder petebista, os dirigentes do PMDB querem a rejeição de sua proposta de emenda constitucional, transformando o futuro Congresso em Assembléia Constituinte, para patrocinarem subemenda à emenda Sarney, com o objetivo de reabrir o debate em torno de eleições presidenciais diretas a 15 de novembro de 1988.

O deputado Ulysses Guimarães considerou improcedentes as alegações de Gastone Righi, lembrando que o PMDB e o PFL, na Aliança Democrática, têm compromisso de apoiar a proposta atribuindo à Assembléia Constituinte a fixação da data da eleição do sucessor do presidente Sarney: "Vamos honrar nossos compromissos" — observou o presidente do PMDB, confirmando a preferência pelo mandato de quatro anos — com eleição presidencial em 1988. Ulysses deixou claro que, se houvesse proposta de emenda fixando eleições presidenciais em 86, "não haveria quorum para aprovar".

Da mesma forma que o presidente do PMDB e da Câmara, os líderes governistas Humberto Lucena e Pimenta da Veiga não deram crédito às denúncias de Gastone Righi.

Ao comentar a emenda Gastone Righi, o governador Franco Montoro defendeu ontem, em São Paulo, a convocação da Constituinte através de uma manifestação conjunta dos presidentes da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. O governador, que não acredita na aprovação da emenda do líder petebista, acha importante a realização de um debate nacional, envolvendo os planos econômico e social, para evitar medidas que não sejam representativas de amplos setores da sociedade.

Mesmo que a cúpula peemedebista demonstre preferência pela eleição presidencial direta em 1988, o líder do PDT, Nadir Rossetti (RS), lembrou que já há proposta de emenda constitucional — formalizada pelos malufistas —, assinada pelo deputado Ludgero Raulino (PDS-RN), estabelecendo a eleição para presidente em 15 de novembro de 1986. Rossetti admitiu que, apresentada a emenda de convocação de eleições para a Constituinte em 15 de novembro de 1986 "certamente surgiriam emendas fixando também nessa data a eleição de presidente da República", de iniciativa do PDT e do PTB, pelo menos, com o apoio do PDS.

Mas sem o apoio do PMDB e do PFL nenhuma emenda à Constituição teria êxito, pois são necessários 320 votos a favor da

Câmara e 64 do Senado, pelo menos — dois terços de cada Casa.

Projeto do PT

O presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, entregou ontem aos presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Fragelli, cópias da emenda constitucional que será apresentada por seu partido convocando eleições em todo o País para 1º de março de 1986, para a composição da Assembléia Constituinte.

A emenda dispõe que poderão concorrer à eleição os candidatos dos partidos políticos que obtiverem registro até a data das convenções partidárias, proíbe a propaganda eleitoral paga em rádio, televisão, revistas e jornais, e determina que esta deverá ser feita por rádio e televisão, em horário gratuito, distribuído igualmente entre todos os partidos.

Precedendo a eleição para a Constituinte, segundo a emenda proposta pelo PT, seriam realizadas eleições no próximo dia 15 de novembro em todos os municípios, para a composição de comissões consultivas municipais, encarregadas de apresentar, em 90 dias, sugestões para a elaboração da nova Constituição. A data prevista para a instalação da Assembléia Nacional Constituinte é 21 de abril de 1986.

O dirigente petista sustentou que o Executivo não se deverá opor a proposta do PT sob pena de ficar caracterizado que o presidente José Sarney tem como preocupação maior a preservação de seu mandato, pelo menos, até 1988.

Para Lula, é preciso evitar que a nova Constituição tenha raízes fundadas no abuso do poder econômico. "Se os futuros constituintes valerem mais pelo dinheiro gasto na campanha do que pelo valor que possam ter e pela contribuição que pretendam prestar, então nada terá mudado", observou.

Denúncia do PMDB

Mais incisivo, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) denunciou, da tribuna da Câmara, a existência de um "plano da extrema direita do empresariado brasileiro e das multinacionais", para garantir a eleição "de pelo menos 300 integrantes da futura Constituinte".

Segundo o parlamentar, já estaria sendo organizada uma "caixinha" com esse objetivo, numa reedição "do extinto IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que nos anos 60 financiou a eleição de centenas de políticos em todo o País". Os organizadores desse "plano", ainda conforme o parlamentar, estariam pensando em gastar até 15 bilhões de cruzeiros para a eleição de cada constituinte.

Opinião militar

Os ministros da Marinha e da Aeronáutica, Henrique almirante Sabóia e brigadeiro Moreira Lima, são de opinião quenada deve mudar na destinação constitucional das Forças Armadas, na próxima Constituinte. "A atual atribuição constitucional das Forças Armadas é perfeita. Não deve ser alterada", asseverou o ministro Sabóia, mesmo admitindo que a execução da política de segurança nacional, prevista na Constituição em vigor, dá poderes abrangentes às Forças Armadas.

Já o brigadeiro Octávio Moreira Lima, embora considere que a atual destinação "é correta", acha que dá margem a um exame jurídico mais amplo da questão da segurança nacional, tendo em vista que hoje ela abarca desde o estado de sítio até questões mais concretas, como a construção de estradas e mesmo instalação de indústrias.

Para o líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, o polêmico item merece ser revisto. "A segurança nacional é um dever de todos os cidadãos, não só dos militares", disse.

No entender do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, é admissível que se deixe a parte de segurança interna como atribuição das Forças Armadas, desde que subordinadas à autoridade suprema do presidente da República.

ANC 88
Pasta Jun/85
060/1985